

FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO COMO POLÍTICA DE GOVERNO: AVANÇOS E DESAFIOS

Paulo Henrique de Mendonça
Maria Aparecida dos Santos Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender como se deu o processo de formulação e implementação do programa Brasil Profissionalizado, a fim de identificar os avanços e desafios desta política no âmbito da educação profissional do país. O procedimento metodológico ancora-se em uma abordagem qualitativa da pesquisa, a partir de uma revisão bibliográfica e documental, fundamentada nos estudos de Viana (1995), Gonçalves (1996), Cea Silva (2008), Colombo (2018) dentre outros. Observa-se, que o Programa Brasil Profissionalizado foi responsável pela expansão da rede estadual de educação profissional em praticamente todos os Estados da federação, incrementando o número de matrículas no ensino médio integrado à educação Profissional. Infere-se que apesar dos avanços registrados – aumento no número de matrículas e estabelecimentos de ensino -, muitos desafios marcaram as etapas que compõem esta política pública.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil profissionalizado, Política Pública, Formulação e implementação, Ensino Médio Integrado.

FORMULATION AND IMPLEMENTATION OF THE PROFESSIONAL BRAZIL PROGRAM AS A GOVERNMENT POLICY: ADVANCES AND CHALLENGES

ABSTRACT

The present study has the objective to understand how the process of formulating and implementing the Brazil Professionalized program was carried out in order to identify the advances and challenges of this policy in the field of professional education in the country. The methodological procedure is based on a qualitative approach of the research, based on a bibliographical and documentary review, based on the studies of Viana (1995), Gonçalves (1996), CeaSilva (2008), Colombo (2018) and others. It is observed that the Brasil Profissionalizado program was responsible for the expansion of the state vocational education network in practically all the states of the federation, increasing the number of enrollments in secondary education integrated to Professional education. It is inferred that despite the advances registered – increase in enrollment na educational establishments-, many challenges and ruptures marked the steps that make up this public policy.

KEYWORDS: Brazil professionalized, Public policy, Formulation and implementation, Integrated secondary education.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente o Programa Brasil Profissionalizado é pensado sob a égide do Decreto nº 5.154 de dezembro de 2004 que possibilitou a integração do ensino médio à Educação Profissional, após um período de intensas disputas no segmento.

Instituído através do Decreto 6.302 em dezembro de 2007 o programa tem como um dos objetivos “estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional [...]” (BRASIL, 2007, p. 01), sendo, portanto, de fundamental relevância na construção de uma educação politécnica¹.

As principais ações do Programa Brasil Profissionalizado se constituem na prestação de assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e os Municípios que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, desenvolvido “sob o pressuposto da relação direta ente escolarização dos brasileiros e capacidade competitiva da nação” (CÊA; SILVA, 2013, p. 2). Desde sua instituição o programa é desenvolvido com vistas a expandir, ampliar e modernizar instituições que ofertem a Educação Profissional.

Partindo dessas considerações iniciais, este estudo tem o objetivo compreender como se deu o processo de formulação e implementação do programa Brasil Profissionalizado, a fim de identificar os avanços e desafios desta política no âmbito da educação profissional do país.

O artigo está dividido em cinco partes, inclusas esta introdução e as considerações finais. No segundo tópico abordamos o caminho metodológico desenvolvido nesta pesquisa, na terceira parte discutimos o processo de formulação do programa assim como sua implementação, destacando a adesão por parte dos Estados. Na quarta parte apresentamos os resultados da pesquisa e posteriormente tecemos as considerações finais.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa ancora-se em uma abordagem qualitativa, a partir da análise da formulação e implementação do Programa Brasil Profissionalizado no cenário das políticas públicas em educação profissional do Brasil.

Nesta perspectiva, destacamos que o procedimento metodológico decorreu de uma revisão bibliográfica sobre as temáticas que envolve o nosso objeto de estudo, Programa Brasil Profissionalizado, o ensino médio integrado e a educação profissional no Brasil, buscando nos estudos de Viana (1995), Gonçalves (1996), Cea Silva (2008), Colombo (2018) dentre outros. Realizamos ainda um levantamento sobre as produções científicas acerca do Programa Brasil Profissionalizado, de modo *on line*, no Banco de teses e dissertações da Capes.

Desenvolvemos ainda uma pesquisa documental, buscando em decretos, projetos de lei, assim como em importantes legislações como a Lei de Diretrizes e bases da educação, a

Constituição Federal de 1988 e outros que estão diretamente relacionadas com a educação profissional no Brasil, bem como com o Programa Brasil Profissionalizado.

3 FORMULAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO

Para melhor compreender as políticas públicas direcionadas a educação profissional buscamos em Rua (1998, p.30) o conceito de política, que o apresenta como um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam a relação pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” nesta perspectiva cabe ao poder público uma intenção de solucionar os conflitos que permeiam a sociedade.

Dadas as variações nas atribuições de cada ente federativo e as suas relações intergovernamentais, Saravia (2006) destaca que a capacidade de coordenar as políticas nacionais também tende a apresentar variações. Nesse sentido, a autora destaca que as entidades federativas acabam dotando o governo federal da competência de coordenar as políticas sociais, o que também é garantido na carta magna.

No que diz respeito à educação profissional coube a União, ao longo da história, a coordenação das políticas de expansão e fomento direcionadas a esta modalidade de ensino, sendo ela um instrumento de construção da cidadania e inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho, e por consequência um espaço de disputas entre grupos sociais.

Entre as disputas que marcam a educação profissional, destacamos sua integração à educação básica, que nas últimas três décadas foi objeto de lutas, rupturas, avanços e retrocessos. Após sete anos de impossibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional, decorrentes do Decreto 2.208/1997, que acabou intensificando a dualidade histórica do ensino médio integrado¹, a educação profissional vive um novo momento com a redação do decreto 5.154/2004, que, embora mantenha as formas concomitante e subsequente, possibilita a integração entre o ensino médio e a educação profissional.

Mesmo diante da possibilidade de integração da educação básica de nível médio com a educação profissional, as redes estaduais de educação, pouco ou nada fizeram para fortalecer o ensino médio integrado. Isso fica expresso nos dados da tabela 1:

Tabela 1: Matrículas do ensino médio integrado - Redes Estaduais.

Ano	Matrículas do Ensino Médio Integrado Redes Estaduais	Matrículas da Educação Profissional no país
2007	37.942	780.162

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP – Sinopse da educação básica (2007)

1 Expressa uma fragmentação da escola a partir da qual se delineiam caminhos diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração. Fonte: Dicionário da Fio Cruz. Disponível em <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html> acesso em 22 de maio de 2019.

Apesar do decreto 5.154/2004 estar em vigor há cerca de três anos, em 2007 as ações em torno do fortalecimento do ensino médio integrado a educação profissional nas redes estaduais ainda eram insatisfatórias. Portanto, fortalecer as redes estaduais, torna-se uma necessidade no campo das políticas públicas educacionais.

Nesta perspectiva, emerge o Programa Brasil Profissionalizado, que se constitui como a primeira ação de assistência técnico-financeira do governo Lula da Silva no âmbito da Educação Profissional nos Estados e Distrito Federal (CÊA; SILVA, 2013).

As políticas públicas não são desenvolvidas sem que antes sejam considerados os seus antecedentes, ou seja, as ações que foram desenvolvidas e que lhes nortearam. Os movimentos políticos, estratégias, programas e ações que antecederam o Brasil Profissionalizado podem ter sido fundamentais no processo de formulação do decreto 6.302. Apresentamos no quadro 1 alguns destes documentos:

Quadro 1: Documentos que antecederam o Brasil profissionalizado

Documento	Órgão emissor / Responsabilidade	Objetivo
Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.	Decreto Presidencial	Promover a integração da educação básica com a educação profissional, dentre outros.
Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010)	Decreto presidencial	A elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001).
Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Decreto presidencial	Conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 20017).
Plano de ações articuladas (PAR)	MEC	Ofertar aos estados e municípios um instrumento diagnóstico com vistas ao planejamento de sua política educacional, objetiva gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das autoras (CÊA; SILVA, 2013).

Nesta perspectiva o Decreto que estabelece o Programa Brasil Profissionalizado é desenvolvido posteriormente à elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010), assim como do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR), corroborando assim, com o seu processo de desenvolvimento.

No que diz respeito ao PDE, destacamos que este se configura como um instrumento cujo objetivo principal é operacionalizar as metas do Plano Nacional de Educação, o que é endossado por Saviani (2007, p. 129), quando afirma ser “como um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE”. Apesar da explícita relação apresentada, o autor destaca que as ações do PDE não se articulam

organicamente com o PNE, especialmente devido ao fato de que o PNE (2001/2010) foi elaborado ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Enquanto já o PDE desenvolveu-se no governo Lula da Silva com visões diferenciadas quanto à educação profissional.

Souza (2006) destaca que a fase de formulação das políticas públicas é um processo de tradução dos programas eleitorais daqueles que se sagram vitoriosos, objetivando alcançar seus objetivos através da criação de programas e projetos, que podem surtir efeitos na sociedade, e assim, mudar a vida dos sujeitos.

Para Wu (2014, p. 52) esta etapa diz respeito ao desenvolvimento de “um conjunto de escolhas de políticas plausíveis para resolver problemas. Nessa fase do processo, uma gama de potenciais escolhas de políticas é identificada e uma avaliação preliminar da sua viabilidade é oferecida”.

Dada a sua dificuldade e criticidade, a implementação é uma das etapas mais complexas de uma política pública, quando suas fragilidades e vulnerabilidade ao ambiente externo acabam tornando-se visíveis. Apesar de afetar e ser afetada por uma série de atores sociais, dentre eles os políticos que possuem grande relevância, exigindo destes uma ampla coordenação, são os gestores e servidores públicos os protagonistas dessa etapa de desenvolvimento da política pública (WU, 2014).

Instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 dezembro de 2007, o Programa Brasil Profissionalizado foi criado no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva com o objetivo principal de “estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais (BRASIL, 2007, p. 1).” Portanto, uma das principais ações com vistas à expansão e modernização da educação profissional.

Além da assistência financeira, o programa apresenta em seu decreto outros objetivos que o norteiam:

- I - Expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II - Desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- III - Propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- IV - Fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância;
- V - Contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- VI - Incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;
- VII - Fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e
- VIII - Fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio (BRASIL, 2007, p. 1).

Observamos, portanto, que outros importantes objetivos são contemplados no decreto que institui o Brasil Profissionalizado especialmente quando visa a combinação com o ensino médio através da formação geral e os aspectos culturais e científicos com a formação profissional do usuário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todo o processo de adesão ao Programa Brasil Profissionalizado é acompanhado pela SETEC, através de visitas técnicas, num movimento direto entre os executivos federal e estadual.

Para regular a assistência financeira aos Estados, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabelece a Resolução 062/2007, destacando que para os Estados, Municípios e Distrito Federal participassem do Programa Brasil Profissionalizado e obtivessem os recursos e a assistência técnica do Ministério da Educação seria necessário cumprir algumas etapas, destacadas a seguir.

A Resolução 062/2007 através das diretrizes do programa, estabelecia que a assistência seria destinada apenas as escolas que ofertassem o ensino médio integrado a educação profissional, o que gerou intensas disputas no âmbito das redes estaduais que ofertavam cursos concomitantes e subsequentes, num movimento de busca pela inclusão destas formas.

Quanto às condições fundamentais para a celebração do convênio, a primeira delas é a adesão ao Plano de Metas - Compromisso Todos pela Educação, uma política pública, fruto do “Movimento Todos pela Educação”, criado no ano de 2005 por um grupo de empresários que visava encontrar soluções para os problemas educacionais do país (CÊA; SILVA, 2013 p. 3881).

O condicionamento à assinatura do “Compromisso Todos Pela Educação”, documento elaborado por um grupo de empresários, traz à tona alguns questionamentos: as ações a serem desenvolvidas frente a este compromisso estão fincadas no ideário de trabalho como princípio educativo? Ou será que visam uma formação destinada a suprir as necessidades do mercado de trabalho? Que tipo de formação será oferecida?

A segunda etapa é a elaboração de um diagnóstico situacional de sua rede, bem como de sua oferta da educação profissional, para que posteriormente fosse elaborado um plano de expansão (COLOMBO, 2009). Destaca-se que o diagnóstico deveria contar com uma descrição detalhada tanto dos projetos pedagógicos quanto dos orçamentos para execução físico-financeira dos convênios (VIANA, 2014).

Quanto aos planos de expansão da educação profissional nas redes estaduais, apontamos para o artigo 4º do decreto que versa sobre a responsabilidade do FNDE, no que diz respeito à seleção de critérios técnicos para avaliação dos proponentes, sendo necessária a criação de um comitê técnico para este fim.

Após essas etapas iniciais, os entes apresentaram suas propostas e posteriormente celebraram os convênios. Nas propostas desenvolvidas pelos Estados e Distrito Federal podem ser contidos os seguintes itens: construção e ampliação de espaço físico escolar; construção de laboratórios; aquisição de acervo bibliográfico e outros materiais de consumo (BRASIL, 2007).

O processo de implementação do Programa Brasil Profissionalizado é marcado pelos desafios da equipe responsável, especialmente no âmbito dos Estados, que não dispunham de uma equipe técnica experiente, frente as demandas da educação profissional (GONÇALVES, 2014). Nesta perspectiva Viana (2014) aponta a inexistência de quadros qualitativos e quantitativos em vários Estados da federação, explicitando o desconhecimento das equipes no que concerne as particularidades da educação profissional no país, assim como a ausência de orçamentos para esta modalidade educacional em alguns estados.

Para Wu (2014, p. 98) a fase de implementação de uma política pode “envolver a interpretação e negociação de objetivos de políticas, como na fase de formulação de políticas”, o que pode lhe conferir mudanças significativas.

Nesta perspectiva observamos a redação do decreto que versa sobre a prioridade do ensino médio integrado à educação profissional, entretanto, muitos dos Estados conveniados acabaram mantendo as formas concomitantes e subsequentes nos estabelecimentos de ensino que receberam recursos do programa, e apesar de um grande incremento das matrículas na forma integrada, observa-se crescimento tão elevado quanto nas demais formas (DIEESE, 2014).

Apesar de sua importância na integração do ensino médio com a educação profissional, a palavra integração “não predomina nos incisos que versam sobre os objetivos do programa, expressando a defesa de que a formação profissional seja, principalmente, “articulada” a educação básica” (NASCIMENTO, 2011, p. 75).

Visando minimizar essa problemática, o MEC publica a Resolução/FNDE/CD Nº. 09/2008, este novo documento estabelece que as ações subsidiadas pelo programa Brasil Profissionalizado também serão direcionadas às instituições que ofertem os cursos subsequentes e concomitantes.

Essa flexibilização da prioridade do ensino médio integrado é apontada por Viana (2014), como um dos pontos frágeis do processo de formulação do programa, que, especialmente devido ao fato de que muitos Estados apresentavam relevantes índices de matrículas nas formas subsequentes e concomitantes². A autora destaca que tais problemáticas podem ser explicadas frente ao distanciamento entre os grupos responsáveis pela formulação e implementação do programa.

Os convênios realizados, na primeira fase do programa, atingiram praticamente todos os Estados da federação, assim como o Distrito Federal, o que aponta para o destaque que a educação profissional obteve nos últimos anos, e ainda a sua expansão no território nacional. Os dados relativos aos convênios encontram-se no Quadro 2:

Quadro 2: Convênios realizados entre 2008 e 2011(Continua)

Região	UF	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Nordeste	AL		2			2
	BA	2	2			4

² Nestes cursos o aluno já concluiu ou está cursando o ensino médio. No subsequente, o aluno já concluiu o ensino médio e está matriculado em um curso técnico. No concomitante o aluno está cursando o ensino médio em uma instituição e participando da formação técnica em outra instituição. Fonte: IFRS. Disponível em <http://www.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/1607-integrado-concomitante-ou-subsequente-conheca-as-diferencas> acesso em 22 de maio de 2019.

Norte	CE	2	1	1	1	5
	MA	2	1			3
	PB	2	2		1	5
	PE	1	3	3	2	9
	PI	1	3	1	1	6
	RN	2	2			4
	SE	1	4	1		6
	AC	1	3		1	5
	AM					
	AP	2	1			3
Centro-Oeste	PA	2	2			4
	RO					
	RR	1	1			2
	TO	1	4	1	1	7
	DF				1	1
	GO		2	1	2	5
	MS	1	4			5
Sul	MT	3	3	1		7
	PR	3	2	2		7
	RS	2	2			4
	SC	3	2	1		6
Sudeste	ES		1		1	2
	MG		1	1	1	3
	SP		1		1	2
RJ						
Totais		32	49	13	13	107

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos relatórios de gestão (SETEC/MEC, 2011).

Analisamos que os dois primeiros anos de implementação do programa apresentaram os maiores números de convênios celebrados atingindo praticamente todos os Estados da federação, com poucas exceções. No final do primeiro quadriênio de vigência, o Brasil profissionalizado já somava 107 convênios firmados, com obras de construção de novas escolas, reformas e ampliações, aquisição de laboratórios e materiais pedagógicos.

Gonçalves (2014) destaca que a maioria dos entes federativos não conseguiram terminar as obras no período de quatro anos destacando o caso de Alagoas, que nesse período desenvolveu apenas 21% das obras, por outro lado, Estados como Roraima e Ceará concluíram 100% das obras nesse período.

Quanto ao fomento dos estabelecimentos ofertantes do ensino médio integrado à educação profissional, Viana (2014) destaca um elevado crescimento, chegando a uma ampliação de 292%, enquanto as formas subsequente e concomitante tiveram elevação de 184% e 163%, respectivamente. A autora aponta que o programa fortaleceu consideravelmente as redes estaduais de educação profissional.

Destacamos que na Sinopse do censo Escolar do ano de 2008, entre o ano de 2009, quando o Censo escolar divulga os dados referentes ao número de matrículas do ensino médio

integrado nas redes estaduais do país, e o ano de 2018, último censo escolar realizado pelo INEP, o país apresentou um crescimento significativo de 238,2% no número de matrículas nesta modalidade, saindo de 84.560 em 2009 para 285.996 em 2018, ou seja, foram acrescentadas mais de 200 mil matrículas durante este período.

Constatamos, portanto, que o Brasil profissionalizado tem sido responsável pelo considerável aumento no número de matrículas da educação profissional nas redes estaduais, entretanto, cabe destacar que, apesar dos significativos avanços no primeiro quadriênio de funcionamento, o programa passa por mudanças significativas com o advento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Instituído em 2011 no governo da presidenta Dilma Rousseff, o Pronatec tem como objetivo a expansão da oferta em educação profissional, com vistas a melhoria na qualidade do ensino médio. Com isso, muitos dos programas da educação profissional passaram a ser partes integrantes do novo programa. No *sítio* do MEC, o Pronatec é comparado a um “guarda-chuvas” para unir e financiar os programas da educação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciam que o Programa Brasil Profissionalizado foi um marco nas ações de fortalecimento a educação profissional nas redes estaduais de educação do país, fomentando principalmente, as matrículas no ensino médio integrado a educação profissional assim como o número de estabelecimentos de ensino para esta modalidade.

Ao analisar os avanços e desafios que marcaram o processo de formulação e implementação do Programa Brasil Profissionalizado, podemos perceber a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de Estado direcionadas ao desenvolvimento da Educação Profissional no país, com vistas ao seu fortalecimento e expansão.

Apesar dos avanços resultantes da assistência técnica e financeira do Ministério da Educação para as redes estaduais, muitos problemas foram enfrentados, principalmente na fase de implementação, tais quais: atraso nas obras, bloqueios de recursos, divergências conceituais, rupturas e outras dificuldades que afetaram diretamente o desenvolvimento das ações.

Podemos concluir que o programa foi responsável pelo significativo aumento na taxa de matrículas no ensino médio integrado nas redes estaduais do país, fomentando não apenas a modalidade, mas também as instituições que ofertam a educação profissional. Concluímos ainda, que o programa foi responsável também pela inclusão da referida educação profissional em redes que nunca haviam ofertado o ensino médio integrado a educação profissional.

6 REFERÊNCIAS

BATISTOTTI, Édna Corrêa; GROSSI JUNIOR, Geraldo; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. As redes estaduais de ensino e a construção de uma política nacional de educação profissional. *In*: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Armed, 2010

BEZERRA, Maria Helena Viana. **Políticas públicas de formação continuada de professores: um estudo do curso de especialização de gestores das redes estaduais ofertado pelo IFPR do**

programa Brasil profissionalizado. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do plano de metas compromisso todos pela educação. Brasília: Presidência da República, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Resolução/FNDE/CD/Nº 062 de dezembro de 2007**. Estabelece as diretrizes para a assistência financeira a estados, distrito federal e municípios no âmbito do programa Brasil profissionalizado. Brasília: Presidência da República, 2007b. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/FNDE/CD/ Nº 09, de 29 de fevereiro de 2008**. Altera os artigos 1º, 2º, § 3º, 5º, Inciso III e 8º, § 2º, da Resolução CD/FNDE nº 62, de 12 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes para a assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Exercício 2008**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2019.

CABRERA, Renata Cristina. **Laboratório para o ensino de biologia: relações entre o desenvolvimento de políticas educacionais e o trabalho docente na rede escolar estadual de Mato Grosso**. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2015.

CAMPHELLO, Ana Maria. **Dicionário da Educação profissional em saúde**. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html>. Acesso em: 22 maio 2019.

CASTIONI, Remi. Financiamento da Educação Profissional no governo brasileiro: muitos recursos pouca coordenação. *In: II Semana da Pedagogia IV Encontro de Pesquisa da Pós-Graduação em Educação*. Brasília: Universidade de Brasília-Faculdade de Educação, 2006. v. 1, p. 1-1.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; SILVA, Camila Ferreira. O programa Brasil profissionalizado como uma das expressões do neoliberalismo nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. *In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, XXIX, 2013. Anais [...]*. Chile: ed. ALAS (Asociación Latinoamericana de Sociología), 2013.

COLOMBO, Irineu. **Brasil profissionalizado: um programa que sistematiza na prática a educação profissional e tecnológica**. 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/.../artigos_brasil_profissionalizado.pdf. Acesso em: 04 maio 2019

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. **O FUNDEF e o FUNDEB como política de financiamento para valorização do magistério**: efeitos na carreira e remuneração dos professores da rede pública estadual de ensino do RN. 2014. 357 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Política e financiamento da educação**: sociedade desigual, distribuição desigual de recursos. Rio de Janeiro: autores associados, cadernos dos CEDES, 1980.

GONÇALVES, Matheus Cubel Queiroz. **Análise do Brasil profissionalizado**: o repasse de recursos para o aumento de vagas na educação profissional e tecnológica. Brasília, 2014.

GRABOWSKI, Gabriel. **Financiamento da educação profissional no Brasil**: contradições e desafios. 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, v. 2, 2007.

NASCIMENTO, Adryane Suely Rodrigues do. **Financiamento e educação profissional**: análise do programa Brasil profissionalizado no estado do Pará. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PIB brasileiro cresceu 6,1% em 2007, mostra IBGE. **O Globo Economia**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pib-brasileiro-cresceu-61-em-2007-mostra-ibge-3166801>. Acesso em: 26 maio 2019.

SARAVIA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. (org.). **Políticas públicas; coletânea**. Brasília: ENAP, v. 2, 2006.

SILVA, Camila Ferreira da. **O programa Brasil profissionalizado em cena**: o estado de Alagoas como palco. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SILVA, Francisca Natalia da. **Ensino médio integrado à educação profissional**: a implementação do programa Brasil profissionalizado em Mossoró/RN. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Ranansamir Sousa da. **Formação docente e as práticas didáticas do professor de computação na educação profissional**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SISTEMA ELETRONICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Acesso em: 22 maio 2019.

VIANA, Claudia Ferreira de Maya. **A coordenação federativa no Programa Brasil Profissionalizado**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

WU, Xun *et al.* **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.